

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001058-96.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **CRISTIANE APARECIDA PELUCIO BAPTISTA PONTES**
Requerido: **PROÁGIL HABITACIONAL e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que desejando adquirir um imóvel por meio de financiamento procurou a segunda ré para saber as condições desse tipo de negócio.

Alegou ainda que lhe foi exigido que abrisse conta junto ao primeiro réu e lá depositasse R\$ 1.400,00 para pagamento do engenheiro que faria a vistoria do imóvel, o que levou a cabo, mas passados alguns meses foi informada que a transação não se finalizou porque fora demitida.

Almeja à devolução daquela quantia.

O primeiro réu não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora e sequer se pronunciou sobre os documentos amealhados por ela.

Em contestação genérica, não negou o depósito aludido a fl. 01 (patenteado a fls. 09 e 26), a exemplo da compra buscada pela mesma não ter-se implementado na esteira do que ela asseverou (ressalvo por oportuno que a impugnação aos benefícios da assistência judiciária deixa de ser apreciada porque a autora não fez requerimento nesse sentido).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto à segunda ré, de início tomo a peça de resistência de fls. 87/91 como atinente a ela, até porque a contratação em apreço a envolveu como pessoa jurídica e não os seus sócios.

Faço-o, inclusive, atento aos princípios norteadores do Juizado Especial Cível, sobretudo os da simplicidade, informalidade e economia processual.

Feita essa observação, anoto que a ré reconheceu a dinâmica descrita pela autora como adequada à hipótese, seja em relação ao seu interesse em adquirir um imóvel, seja quanto à necessidade de abrir uma conta junto ao primeiro réu para depósito de valor que seria entregue a um engenheiro que avaliaria o imóvel desejado, seja quanto a isso não ter-se concretizado pela demissão da autora.

Os documentos de fls. 09/22, ademais, corroboram a explicação vestibular.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Restou positivado que a autora realizou depósito ao primeiro réu porque isso seria imprescindível para a avaliação de imóvel que tencionava comprar mediante financiamento, bem com que tal avaliação não se perfez porque a negociação foi interrompida em decorrência da demissão da autora.

É evidente nesse contexto que ela faz jus à devolução daquela soma, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa configurado pelo dispêndio de valor sem que houvesse contraprestação alguma a justificá-lo.

Clara a responsabilidade dos réus para que procedam à restituição postulada, valendo registrar que a da segunda ré encontra lastro na solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie sob análise, sendo incontroversa a participação da segunda ré nas tratativas descritas pela autora.

Assinalo, por oportuno, que os réus poderão quando muito discutir em ação de regresso própria a responsabilidade de cada um sem que o tema projetasse reflexos à autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a pagarem à autora a quantia de R\$ 1.400,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2016 (época do depósito de fls. 09 e 26), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 04 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**